

Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa encontra-se em Consulta Pública

Encontra-se em consulta pública a versão preliminar do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg). O Plano complementa a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei 12.651/2012), que estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o objetivo do Planaveg é “ampliar e fortalecer as políticas públicas, incentivos financeiros, mercados, boas práticas agropecuárias e outras medidas necessárias para a recuperação da vegetação nativa de, no mínimo, 12,5 milhões de hectares”. O período para a realização do plano é de 20 anos, e irá focar as Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, assim como em áreas degradadas.

O Plano foi elaborado através de uma parceria entre World Resources Institute (WRI), Agência de Cooperação Técnica Alemã (GIZ), da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), do Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS), e da Universidade de São Paulo (USP).

O documento foi elaborado com base em experiências de sucesso. Ao final de 2013, foram realizadas oficinas entre representantes do setor privado, ONGs, instituições de pesquisa e governo, para conhecer as melhores práticas de recuperação de áreas degradadas ou alteradas no país.

Dentre os tópicos da versão preliminar do Plano, são abordados os benefícios econômicos, sociais, ambientais, incluindo os serviços ambientais, a inclusão social, a conservação da biodiversidade, mitigação e adaptação à mudança do clima, e a melhoria da quantidade e da qualidade da água.

Além disso, também são abordadas estratégias de recuperação da vegetação nativa, os fatores de sucesso e a relação destes fatores com o Plano. As contribuições poderão ser enviadas para o endereço planaveg@mma.gov.br.



Créditos: Otávio Nogueira

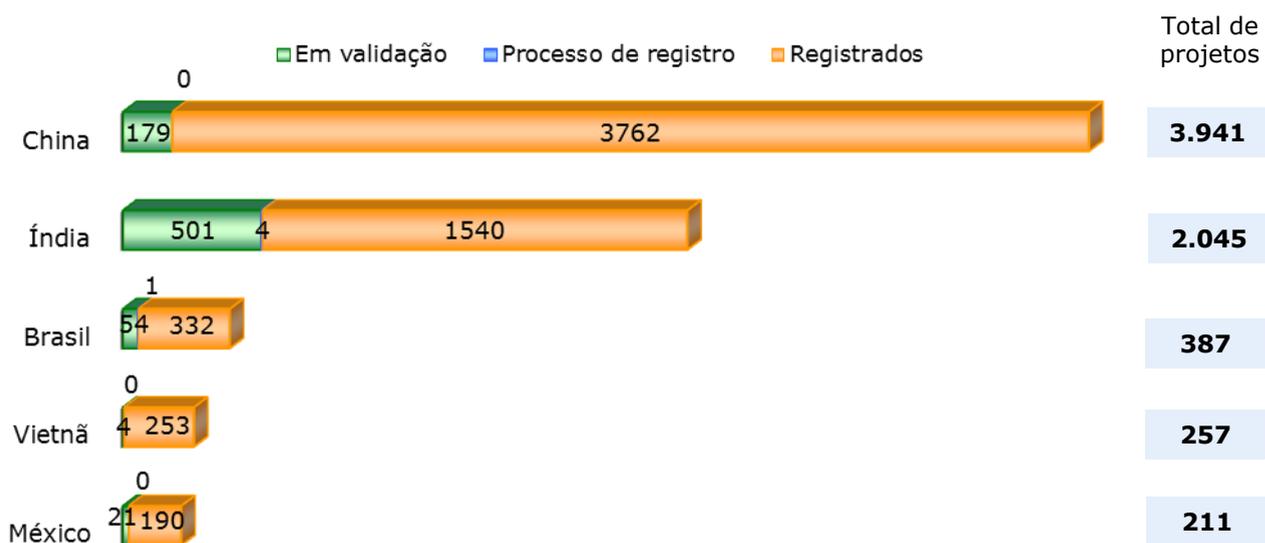
Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2014.

Panorama do Mercado de Carbono

Fonte: UNEP Risoe Centre, 1º de janeiro de 2015

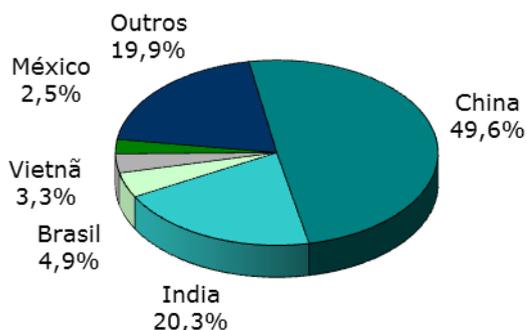
Projetos no âmbito do MDL no Brasil e no Mundo

Existem hoje 7.589 projetos em MDL registrados no Conselho Executivo da ONU, que geram anualmente 983 milhões de créditos de carbono. A China permanece na liderança de projetos registrados, com 3.762, seguida da Índia (1.540) e do Brasil (332).

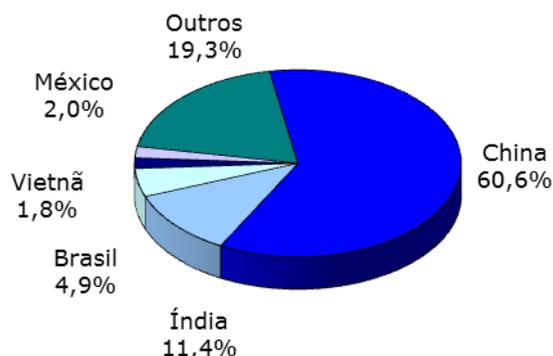


China, Índia, Brasil, Vietnã e México somam mais de 80% dos projetos de MDL registrados, gerando cerca de 793 milhões de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) ao ano. A China se destaca ao responder por cerca de 61% das RCEs.

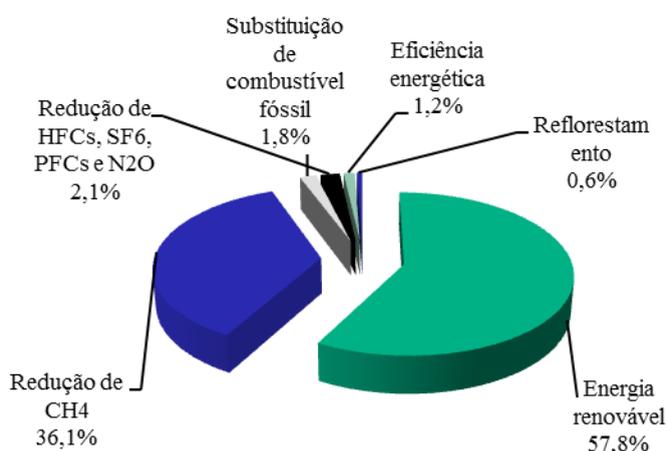
Projetos Registrados



RCE (Reduções Certificadas de Emissões)



Projetos brasileiros registrados no Conselho Executivo do MDL por categoria



Os projetos de MDL são desenvolvidos de acordo com as metodologias aprovadas pelo Conselho Executivo.

A maior parte das atividades dos projetos registrados do Brasil está no setor energético (192). O país apresenta também 120 projetos de redução de gás metano, subdivididos em emissões de metano evitadas (65), captura de CO₂ (1), aterro sanitário (51) e emissões fugitivas (3). Os 6,0% restantes correspondem aos demais 20 projetos (redução de HFCs, SF₆, PFC, N₂O, substituição de combustível fóssil, eficiência energética e reflorestamento).

Estão situados na Região Sudeste 38,8% dos projetos de MDL brasileiros, sendo São Paulo o estado com a participação mais expressiva.

Prêmio FIRJAN de Ação Ambiental 2015

Estão abertas as inscrições para o Prêmio FIRJAN de Ação Ambiental 2015. Pelo terceiro ano consecutivo, o Sistema FIRJAN reconhecerá as práticas ambientais de sucesso do estado do Rio. O objetivo é premiar e divulgar as iniciativas que mais se destacaram em prol do desenvolvimento sustentável, conciliando as atividades produtivas com a proteção ambiental, o equilíbrio econômico e o bem estar social.



Dentre as categorias, estão: Água e Efluentes; Biodiversidade; Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa; Gestão de Resíduos Sólidos; Relação com Públicos de Interesse.

Para mais informações, acesse:

www.firjan.org.br/acaoambiental

Brasil tem melhor fator de aproveitamento de energia eólica

De acordo com o Boletim “Energia Eólica no Brasil e no Mundo”, publicado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (SPE) do Ministério de Minas e Energia (MME), o Brasil possui o melhor fator de aproveitamento de energia eólica. De acordo com o documento, os empreendimentos geradores de energia eólica no Brasil atingem um fator de capacidade de 36%. Este fator, que mensura a proporção de produção de energia efetiva em relação à capacidade total da estação, é superior aos de países como a Turquia, Austrália e Estados Unidos, cujos fatores ficam entre 32 e 33%. De acordo com o documento, o percentual alcançado pelo país se deu, principalmente, em função do porte das instalações e dos avanços tecnológicos em materiais. Ainda assim, a parcela de energia eólica gerada pelo país corresponde a 1%, o que classifica o país em 15º.



Créditos: Peter Heilmann

Para mais informações, acesse www.mme.gov.br.

Fonte: Ministério de Minas e Energia, 2014.

Agende-se:

Sustentabilidade e Gestão de Carbono

Rio de Janeiro

<http://www.ibp.org.br>

Curso: Princípios e requisitos para a quantificação e elaboração de relatórios de emissões e remoções de gases de efeito estufa (GEE) - ABNT NBR ISO 14064:2007

São Paulo

19 e 20 de fevereiro de 2015

www.abntcatalogo.com.br

Pós-graduação em Projetos Sustentáveis – Mudanças Climáticas e Gestão Ambiental Corporativa do Carbono

Modalidade a distância

<http://www.pecca.com.br/cursos/projetos-sustentaveis/>

Especialização em Mudanças Climáticas, Sequestro e Mercado de Carbono

In Company

<http://www.gvces.com.br>

Escritório do Carbono
GMA /DQV
(21) 2563-4140 / carbono@firjan.org.br

Fórum Empresarial
de Mudanças Climáticas
(21) 2563-4694 / fmc@firjan.org.br